

Sumário

ATOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE N.º 2.745, DO DIA 14/04/2026	1
ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DO DIA 13/04/2026	1
ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DO DIA 14/04/2026	1
JULGADOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU.....	2

ATOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE N.º 2.745, DO DIA 14/04/2026

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO Nº: 149.955-TCE/AC – Processo Eletrônico

ASSUNTO: PROPOSTA DE ATO QUE ALERTA OS ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, QUANTO À ELEVAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO SISTÊMICO NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO/AC, EM DECORRÊNCIA DA ELEVAÇÃO DO NÍVEL DO RIO ACRE, DE EVENTOS HIDROLÓGICOS EXTREMOS E DA SEGURANÇA DE BARRAMENTOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO IGARAPÉ SÃO FRANCISCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FINALIDADE: Notificar a Sra. DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO BARBOSA da decisão proferida no Acórdão nº 15.545/2026/Plenário - TCE/AC.

SEDE DO TRIBUNAL: Avenida Ceará, nº 2.994, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-111, nesta Capital. Telefone: (68) 3025-2032, E-mail: presidencia@tceac.tc.br

Rio Branco - Acre, 10 de Abril de 2026

LUCIANO OLIVEIRA DE MELO

SECRETÁRIO(A) DAS SESSÕES

<http://sistemas.tceac.tc.br/diario/> (p. 10)

ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DO DIA 13/04/2026

ESPORTE. [Lei nº 15.386, de 10.4.2026](#) – Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para instituir a Semana Nacional do Esporte.

SAÚDE. [Lei nº 15.385, de 10.4.2026](#) – Altera a Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer, para dispor sobre princípios e diretrizes para o desenvolvimento e regulação sanitária de novas tecnologias contra o câncer.

ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DO DIA 14/04/2026

ESPORTE. [Lei nº 15.387, de 13.4.2026](#) – Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para estabelecer a inscrição de programas de treinamento no Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente como requisito para caracterização de organização esportiva formadora de atletas.

CONTRATOS PÚBLICOS. [Decreto nº 12.926, de 13.4.2026](#) – Altera o Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, que dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

JULGADOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU

Acórdão 723/2026

Responsabilidade. Débito. Culpa. Solidariedade. Princípio da proporcionalidade. Reparação do dano. Individualização.

Caso haja excessiva desproporção entre a gravidade da culpa de algum dos responsáveis solidários e o montante do dano ao erário, o TCU pode aplicar o art. 944, parágrafo único, do Código Civil para reduzir equitativamente o débito individualmente imputado, desde que mantida a obrigação de reparação integral em face de outros responsáveis.

Responsabilidade. Inabilitação de responsável. Requisito. Dolo. Culpa.

A aplicação da sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança (art. 60 da Lei 8.443/1992), por seu caráter excepcional e sua gravidade, exige a demonstração de conduta dolosa do responsável, caracterizada pela vontade consciente de produzir o resultado ilícito ou pela assunção do risco de produzi-lo, não sendo suficiente a mera culpa, ainda que grave.

(TCU. TCE 028.533/2017-8, rel. Min. Jorge Oliveira, Tribunal Pleno, j. 25/03/2026)

Acórdão 1410/2026

Licitação. Qualificação econômico-financeira. Garantia da proposta. Lote (Licitação). Base de cálculo. Em licitação dividida por lotes, a exigência de garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021) baseada no valor total estimado do certame restringe indevidamente a competitividade, pois tal garantia deve ser proporcional aos lotes de interesse do licitante ([Súmula TCU 247](#)).

(TCU. Repr 007.859/2025-2, rel. Min. Antonio Anastasia, Segunda Câmara, j. 24/03/2026)

Acórdão 1419/2026

Responsabilidade. Convênio. Gestor sucessor. Conduta omissiva. Obra paralisada.

A responsabilidade do prefeito sucessor fica caracterizada quando, com recursos disponíveis e sem comprovação de inviabilidade, não der seguimento a obra iniciada e não acabada pelo seu antecessor, por implicar desperdício de recursos públicos e contrariar o princípio da continuidade administrativa.

(TCU. TCE 006.998/2024-0, rel. Min. Sub. Marcos Bemquerer, Segunda Câmara, j. 24/03/2026)

Acórdão 1425/2026

Convênio. Prestação de contas. Impossibilidade. Documentação. Comprovação. Força maior. A alegação de destruição de documentos necessários à prestação de contas de convênio em virtude de motivo de força maior – a exemplo de fortes chuvas que atingiram a sede do conveniente – não pode ser atestada apenas com base em boletim de ocorrência, pois se trata de mero relato dos fatos sob a ótica do declarante, sem qualquer averiguação *in loco* pela autoridade policial.

(TCU. TCE 017.113/2020-2, rel. Min. Jorge Oliveira, Segunda Câmara, j. 24/03/2026)



Acesse o Portal CGM para obtenção de legislação, formulários e demais informações.

<http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/portal/>